

---

**Daxiyangguo**

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos  
ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2024, 1.º semestre, Número 32, páginas 13-39  
DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2024.32/pp.13-39

---

## Lingu Maquista – O Patoá, ou Língua De Macau

Lingu Maquista – Patoá or Language of Macau

**Manuel Fernandes Rodrigues\***

\* York University, Canada; Email: manuferodrigues@hotmail.com

### RESUMO

Designa-se por Lingu Maquista, patoá ou língua de Macau, a língua de origem ágio portuguesa que se enraizou em Macau a partir de 1553 e se tornou na linguagem vernacular até meados do século XX. Nas famílias mais antigas<sup>[1]</sup> utilizava-se o termo patoá, uma transliteração da pronúncia francesa *patois*. A entrada em vigor do Decreto Lei 29773 de setembro 1939 implementou a obrigatoriedade da utilização do português em Macau, e o patoá passou a ser escrito como patuá mais em linha com a ortogra-

- 
1. Língua falada e escrita nas casas da minha tia bisavó Estela Pacheco (século XIX), tios-avós Artur António Tristão Borges e Angeolina Pacheco Borges (princípios século XX e dos meus padrinhos Angelo Adroaldo Fernandes Rodrigues e Ermelinda Micaela da Silva Rodrigues (anos 1950).

fia portuguesa. Ambas as nomenclaturas são corretas. A análise dos acontecimentos socioculturais, económicos, históricos e linguísticos permite seguir a evolução da Língu Maquista — o patoá, desde a sua formação até ao seu declínio passando pelo seu período mais alto. A ausência de uma política para a *Instrução e Ensino, de Gestão e Política Económica* dos governantes portugueses levou ao desaparecimento dos melhores administradores, gestores e professores e ao declínio económico e aniquilação da Língu Maquista. Este trabalho insere-se no estudo da identidade macaense, na formação e desenvolvimento da Língu Maquista e no aprofundamento do sentimento de *quem somos nós na Cidade do Nome de Deus de Macau na China*.

**Palavras-chave:** patoá, ágio português, identidade, língua, ensino

#### ABSTRACT

Lingu Maquista, Patoá or Language of Macau, is a language of Asio-Portuguese origin that took root in Macau from 1553 onwards and became the vernacular language of the Macanese until the mid-20th century. The term patoá, was used by the oldest families<sup>[2]</sup> and follows the French pronunciation of *patois* a transliteration of the French word. However, with the mandatory use of Portuguese in Macau by Decree 29773 of September 1939, the word *patoá* was changed to *patuá* more in line with the Portuguese spelling. Both spellings are accepted as correct. A look at sociocultural, economic, historical and linguistic events allows us to follow the evolution of Língu Maquista — Patoá, from its origin through its highest period to its decline. The absence of schooling for more than a century, compounded by lack of an adequate economic policy of the Portuguese rulers contributed to the departure of the best administrators, managers and teachers and led to economic decline and elimination of Lingu Maquista. This work is part of a study on Macanese identity, the inception and development of Lingu Maquista and the deepening of the concept of *who we are in the City of the Name of God of Macau in China*.

**Keywords:** patoá, ágio portuguese, language, identity, schooling

## 1. Introdução

Fernando Pessoa afirma que *A minha Pátria é a língua portuguesa*. Esta afirmação realça a primazia da língua em detrimento do local de nascimento na construção identitária das pessoas. Estudos recentes confirmam<sup>[3]</sup> esta afirmação de que é a língua o fator essencial da identidade nacional.

2. Language used in the household of great grand-aunt Estela Pacheco (XIX century), grand aunt Artur António Tristão Borges e Angeolina Pacheco Borges (early XX century) and God parents Angelo Adroaldo Fernandes Rodrigues e Ermelinda Micaela da Silva Rodrigues (up to 1950's).

3. Estudo publicado em fevereiro de 2017 pelo Pew Research Center, Washington DC., indica que o idioma tem mais influência na formação identitária do que o país de nascimento.

O uso do papiá kristan e os usos e costumes das populações kristan de Malaca e dos topázios ou zwarte portuguesen de Batávia e da Ilha de Flores e o patoá de Macau ajudaram a criar nos Filhos da Terra o sentimento de “quem somos nós” que perdura há meio milénio.

Os macaenses celebraram em 2022 os 400 anos da sua afirmação na repulsa da invasão Holandesa de Macau a 24 de junho de 1622. Esta vitória permitiu a sobrevivência e o desenvolvimento da Língu Maquista, o Patoá.

Por Língu Maquista, Língu Macaísta, Patoá, Língua de Macau, Dialecto Macaense, ou Dóci Papiáçam, designa-se a língua que se enraizou em Macau e é usada como linguagem habitual na comunidade macaense há mais de 450 anos.

Durante estes 450 anos a instrução dos macaenses passou por grandes crises causadas inicialmente pela expulsão das ordens religiosas do Reino pelo Marquês de Pombal em 1759 e continuadas com o Decreto-Lei de Salazar em 1939. Esta crise duradora afetou, não só, a qualidade do ensino em geral como ostracizou a Língu Maquista em particular, tornando-a atualmente em uma língua com pouca expressão na população macaense em geral, apesar dos esforços de a reviver nas peças teatrais e na música religiosa e laica.

## 2. Análise da origem do patoá macaense

Quando lemos ou ouvimos expressões invulgares, como *cachivachi*, *lêvá na chest*, *covicoco*, *chilicotes*, *miçó cristã*, *bebincas*, *baliçã*, *cangong* ou *ladu*, somos levados a perguntar que língua é esta que soa como a portuguesa, mas não é a língua portuguesa.

Pergunta-se então que língua é esta, qual é a sua origem e quem a falava?

Como Macau se situa na costa da China mais precisamente na província de Cantão há quem queira fazer crer que a origem da Língu Maquista, o patoá, é uma mistura de português antigo com o chinês pois os macaenses falam o chinês cantonense e o português e apontam entre outras razões o contágio do português falado, pelo chinês, como por exemplo na frase “*Sora, ele batê eu!*” (Senhora, ele bateu-me) segue uma estrutura chinesada e a formação do plural através da reduplicação no patoá como vemos na formação de *vêla-vêla*, plural de velhas, *môlê môlê*, plural de mulheres, *frera-frera*, plural de freiras etc...

Trata-se de um equívoco porque a formação de dialetos não é produto de uma mistura de línguas, mas antes a assimilação apressada e imperfeita de uma língua estranha, o português, pela população de Macau a fim de preencher as necessidades de comunicação. A reduplicação no patoá provém do ágio-português e não do chinês, pois que no chinês, a reduplicação embora

comum, não têm exatamente o mesmo valor de simples plural. Por exemplo 日日( iât-iât)<sup>[4]</sup> em chinês significa todos os dias e não os dias, 人人(iân-iân) significa todas as pessoas e não as pessoas e 年年(nin-nin), significa todos os anos e não os anos. Desta maneira a celebração do 7.º dia do calendário lunar, conhecido como o dia de todas as pessoas é escrito da seguinte forma 年初七(7.º dia do ano) 人人生日(aniversário de todas as pessoas). Portanto, o patoá não é uma mistura do português e do chinês.

Na cidade de Goa transformada na sede do império português do Oriente ouviam-se vocábulos<sup>[5]</sup> que encontramos no patoá, como *sambal* (um acompanhamento de comida), *dodol* (doce) *alúa* (doce de Natal), *apa-bico* (pastel). O patoá tem uma estrutura gramatical semelhante em alguns pontos com o indo-português, criou-se daí a ideia de que o patoá de Macau é uma simples extensão do indo-português. É uma afirmação muito duvidosa por várias razões: primeira, a língua falada em Goa é o Concani<sup>[6]</sup> ou Canarim e não há vocábulos canarim na Língua de Macau, pois, os vocábulos atrás mencionados são de origem malaia.

Mesmo que o indo-português fosse falado em Macau nos primeiros tempos do seu estabelecimento, a ausência de vestígios quer em termos de origem goesa, quer em palavras escritas, quer em pronúncia das palavras, refuta esta hipótese.

Não é de admirar que o patoá macaense não tenha conservado vestígio do indo-português, se alguma vez os tenha tido, porque o relacionamento entre Macau e Malaca foi mais estreito e durou muito mais tempo do que com Goa. É de lembrar que as primeiras mães macaenses vieram de Malaca e não de Goa.

Sebastião Rodolfo Dalgado<sup>[7]</sup> considerou que:

O crioulo macaísta, posto que não pertence aos grupos indo-portugueses, tem muitos traços comuns assim na gramática como no vocabulário; e isto por três razões: a identidade d'onde procedem, pois todos representam o português popular, especialmente do Sul, dos séculos XVI e XVII; as leis gerais que presidem á formação e regulam a evolução de semelhantes dialetos; e a mútua influência, sobretudo léxica, pelas relações

- 
4. Nos caracteres chineses, e na medida do possível, utilizou-se a pronúncia cantonense, a língua conhecida dos macaenses.
  5. Estes vocábulos não são de origem indiana, mas sim de origem malaia.
  6. Canarim ou Concani é uma língua Indo Ariana falada na costa ocidental da Índia na região de Concani. Com a incorporação de Goa e os antigos territórios de Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli na União Indiana, o Concani tornou-se na língua oficial do Estado de Goa.
  7. Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado (1855-1922), foi um linguista e etimologista que estudou profundamente a influência do português nas línguas do sudeste asiático.

outrora tão frequentes entre a Índia e o Extremo-Oriente (J. F. M. Pereira, 1995:360).

Não restam dúvidas que o patoá macaense não é uma extensão do indo-português.

Vários autores, entre eles Montalto de Jesus no seu *Historic Macao* indicam a presença de escravos africanos na população macaense:

In 1563 numbered nine hundred Portuguese, exclusive of children — an increase main, in all probability due, to the settlers at Lampacao coming over and settling with the founders of Macao. There were besides, several thousands of Malaccans, Indians and Africans, mostly domestic slaves. Up to the construction of the barrier, there were no Chinese in the colony. (Jesus, 1902:42)

Na invasão holandesa de 1622, o padre Jesuíta Manuel Teixeira descreve a intervenção da arraia miúda na batalha de 22-24 de junho de 1622 da seguinte forma:

... a arraia miúda com as suas armas caçadeiras, os escravos com os seus chuços e até as mulheres com os seus espetos, levaram de vencida um exército regular de 800 soldados e marinheiros bem armados, disciplinados e adestrados. (Teixeira 1979:501)

A existência de escravos africanos na sociedade macaense, a ocorrência de formas ou expressões semelhantes no patoá de Macau e nos crioulos africanos e a redução dos verbos a uma só forma para todas as pessoas gramaticais (ex. *eu já vai, ele já vai*), levantaram a hipótese de que o patoá de Macau possa ter uma origem africana.

Esta hipótese carece de fundamento, pois não é provável que o crioulo dos escravos africanos tivesse sido adotado como língua dos seus proprietários. Além disso, a redução na conjugação dos verbos é comum a todos os dialetos devido à assimilação deficiente de uma língua estrangeira.

A utilização da forma feminina no patoá de Macau e masculina no português criou a possibilidade de o patoá de Macau, ser apenas uma extensão do português malfalado, esquecendo que este fenómeno linguístico é bastante comum em todas as línguas pois ela é uma criação arbitrária de cada povo.

É de notar que, na mesma língua, as palavras mudam de género com o correr do tempo. Exemplos abundam no português do século XVI como se pode ler em Gil Vicente<sup>8</sup> no *Auto da Nau de Amores* (1527):

“E na mão minha barrete/  
Mi risse(disse) a ela: Minha Rosa,  
Minha oio de saramonete”.

Na Farsa do Clérigo da Beira (1529) Gil Vicente escreveu:

“Já a mi forro, nam sa cativo.  
Bosso conhece Maracote?  
Corregidor Tibão é.  
Ela comprai a mi primeiro;  
Quando já paga a rinheiro (dinheiro)  
Deita a mi ferro na pé.”

Que se tornaram no século XX no meu barete, não sou cativo e ferro no pé respetivamente.

Comparando com um texto em patoá de 1888 pode-se ler:

Agora basta já de perdê tempo pra lidá com dodo; tá cançado já de escrevê, ôclo tá turba minha vista, mas logo escrevê torna se aquelle bulicioso vem ôtro vez com más asnera. Se elle querê profiá com eu, escrevê portuguez; gardá sua latim pra quem entendê. Quanto vez que elle escrevê latim, eu sempre tomá pra lingu moro; mas ung-a vez eu já levá pra minha menino bonito, minha querido confessor... (J. F. M. Pereira, 1995:125)

Permite-nos constatar o mesmo fenómeno em: “*guardá sua latim; minha menino bonito, minha querido confessor*”. O patoá não é, por conseguinte, uma extensão do português malfalado.

### 3. De Malaca a Nagasáqui

O patoá de Macau soa como o português, mas não tem origem na mistura do português e chinês, não é uma mera extensão dos dialetos indo-portugueses, não provém dos crioulos africanos, nem é uma extensão do português malfalado. Pergunta-se então, qual é a origem desta língua?

---

8. Gil Vicente (1465-1536) poeta e dramaturgo português.

Para localizar a origem desta língua, temos de voltar ao século XVI e perceber a origem dos macaenses iniciada em Malaca, com a política de miscigenação implementada por Afonso de Albuquerque a partir de 1511. A necessidade de criar uma população local que pudesse assegurar as possessões portuguesas, originou os Casados. Isto é, homens portugueses que eram incentivados com terras e outros bens a casarem com mulheres nativas convertidas ao cristianismo, porque simplesmente não havia mulheres portuguesas no Oriente. Os Filhos da Terra ou Descendentes<sup>[9]</sup> dos casados asseguravam a continuação das possessões portuguesas no Oriente, visto que, Portugal na época tinha uma população que rondava pouco mais de um milhão de habitantes e as armadas enviadas pelos reis portugueses não continham homens suficientes para manter esses territórios, muito menos para poder expandir para novas fronteiras.

Após a conquista de Malaca os portugueses continuaram a sua expansão para o Oriente. Os casados e os Descendentes ou Filhos da Terra optaram, por razões comerciais, por se estabelecerem em Liampó na China em 1522 onde já residia uma pequena colónia de wakôs (comerciantes japoneses). Esta população transferiu-se para Lampacau em 1552 e para Macau<sup>[10]</sup> em 1553<sup>[11]</sup>. O comércio com o Japão iniciou-se em 1542 em Tanegaxima e depois Nagasáqui. Os jesuítas começam a evangelização do Japão em 1549. Passadas décadas a população dos casados e Filhos da Terra tanto em Malaca como em Nagasáqui tornou-se numerosa e já havia mulheres cristãs solteiras.

Nas sociedades, as mães exercem a primeira influência na transmissão da língua. As mulheres que casaram com os portugueses no Oriente nos séculos XVI a XVIII não eram oriundas nem de Portugal nem da China (Coates, 1978:34), não falavam o português de Portugal o que nos leva a inquirir sobre a sua origem.

Na ausência de mulheres nascidas em Portugal (Boxer, 1993), os homens portugueses, marinheiros, militares, aventureiros, mercadores e mercenários, podiam encontrar cristãs ou Filhas da Terra solteiras somente em Ma-

---

9. Descendente é o termo delicado utilizado para denominar o filho ou filha do europeu casado com uma asiática

10. Em 1522 os portugueses fixaram-se em Liampó (Ning-po) província de Chekiang (浙江) e depois em Chincheo (Ch'uan-Chau), província de Fujian (福建) ou Fukien na baía de Amoy. No início da dinastia Ming, a política chinesa designou três portos para o comércio ultramarino, nomeadamente Ning-pó (Liampó) na província de Chekiang para o comércio com o Japão, Chüan-chou (Chincheo) na província de Fujian ou Fukien para o comércio com as ilhas Ryukyu et Kuang-chou (Sanchoão, Lampacau e depois Macau) na província de Cantão, para o comércio com os restantes países do Sudeste Asiático (Vermeer, 1990).

11. Hou Kéng Ou (濠鏡澳) “A Baía do Espelho da Ostra”, esta crónica de 1750 afirma que os portugueses se estabeleceram em Macau em 1553. O Capitão-Mor Leonel de Sousa indica o ano de 1553 como o primeiro assentamento dos portugueses em Macau pelo (Pires, 1988:113).

laca ou em Nagasáqui em consequência da política de miscigenação e da envangelização (Coates, 1978). Fernão Mendes Pinto na Peregrinação publicado em 1641 faz referência aos homens do seu tempo, casados em Malaca.

Décadas depois, as Filhas da Terra provenientes de Malaca, Macassar e Nagasaki que se estabeleceram em Macau já falavam um patoá distinto do patoá cristão de Malaca devido à dinâmica da língua patoá com o influxo de novos étimos e da influência dos costumes japoneses em Macau, cuja comunidade remonta a 1553 conforme indica a Ordem do Vice-rei Tchèong Meng-Kóng (長鳴岡) de 1564 e do Decreto de 1579 (Chapa n.º 10) do Imperador Vanlie (萬曆皇帝):

Ordena, que os Moradores de Macáo, desde agora em nenhum tempo possam trazer a esta terra escravo algum natural do Japão; E proíbe também criar filhos de Japoens e todos aquelles que obrarem contra esta ordenação, ou os mesmos Extrangeiros, q. em tempo futuro a despresarem, ou puzerem em duvida, serão segundo o Decreto dos Exmos Snres, Vice Rey, e Governador Gnr da Província de Cantão desterrados por toda a vida, fora dos termos deste Imperio (tradução das Chapas Sínicas na Instrução para o Bispo de Pequim. (1988:116).

A presença japonesa influenciou o trajar:

The women when they are within doors wear overall a certain large wide sleeves vest called Japan kamaones or kerimones (kimonos) because it is the ordinary garment worn by Japanese (Boxer, 1993:68);

O transporte:

In the streets, women either walked or were carried in norimons, Japanese litter. (Coates, 1978:34-35)

A gastronomia: com o aparecimento de novos pratos como o *minchi*, *mu-chi-muchi*, *arroz do Japão*, *miçó-cristão*, *chili-miçó*, e o *bolo supião* entre outros (Rodrigues, 2021:88)

E nos usos e costumes: O *Chá Gordo* às horas das *Avé Marias* (às seis da tarde) e com o *minchi*, o prato icónico macaense (Rodrigues, 2021:144).

Na linguagem habitual aparecem novos étimos como *chicu* (estrugido de nhome), *chawan* ou *putao* (tigela), *miçó* (molho), *morinon* (liteira), *catana* (espada samurai), *cebola-mato* (bolbo de cebola verde), *oteu* (faca para abrir os-tras) entre outros. Estas modificações afastaram o patoá macaense do papiá kristã, tornando-a numa nova língua com novos vocábulos e expressões que não têm ligações ao idioma de Malaca.

No que concerne o impacto do chinês no patoá macaense, é de realçar que a associação de homens portugueses, incluído os Filhos da Terra com mulheres chinesas antes de 1800, não era possível devido à proibição mandarínica aos chineses de não pernoitarem dentro da cidade cristã depois do pôr do sol (Pires, 1988).

Documentos chineses indicam que não havia chineses a residir na cidade cristã de Macau até a construção das Portas de Cerco em 1849 (Jesus, 1902:42). No manuscrito *Ásia Sínica e Japónica, Macau conseguido e perseguido* de 1744-45 o frade José de Jesus Maria menciona que os chineses tinham tai pái tóng (大牌檔), as conhecidas tendas de comida, que serviam os seus conterrâneos que trabalhavam em Macau durante o dia regressando à China antes do pôr do sol segundo a lei do mandarim de Héong-sán (香山). (Maria, 1988).

O repositório chinês *Ou-Moon Kei-Leók*, (澳門記畧) conhecido como Monografia de Macau<sup>[12]</sup>, é um registo histórico, social, linguístico e geográfico de Macau, elaborado por dois literatos chineses<sup>[13]</sup> publicado em 1751 e inclui os versos do poeta Wóng Hâu Lói (汪後來) mostrando o comportamento das duas comunidades, a chinesa e a cristã. Esta última tida como bárbara pelos chineses, numa luta de galos num domingo de 1700, em grupos separados, embora partilhassem o mesmo espaço em Macau:

Uma vez, em cada sete dias, os bárbaros prestam culto,  
As mulheres bárbaras ricamente vestidas com peças de brocado, enchem as ruas,  
Galos guerreiros, de espigões metálicos nas patas, preparam-se para uma luta renhida à sombra de uma árvore,  
Chineses e bárbaros, em grupo separados, encostado ombro a ombro, a contemplar.  
[*Ou-Moon Kei-Leók* (澳門記畧): traduções de Luís G. Gomes 1950:55 e Jin Guo Ping 2009:19]

O levantamento da proibição dos chineses de pernoitarem na cidade cristã de Macau pelo Vice-rei dos dois Kuónqs, as províncias de Kuóng-Tông (廣東) e Kuóng-Sei (廣西), a partir de 1800-1825 (Pires, 1988), permitiu um maior contacto com as chinesas de Cantão (Kuóng-Tông) e a sua aceitação como esposas e companheiras dos portugueses e Filhos da Terra.

12. *Ou-Moon Kei-Leók* (澳門記畧) foi inicialmente traduzido para o português em 1950 por Luís Gonzaga Gomes com o título de *Monografia de Macau*. Em 2009 o *Ou-Moon Kei-Leók* é novamente traduzido para o português por Jin Guo Ping com o título *Breve Monografia de Macau*.

13. Yân Kwóng Yâm (印光任) and Chéong Yü Lâm (張汝霖).

Portanto, a gênese das mães macaenses e dos macaenses é proveniente da miscigenação de homens portugueses e cristãos de Malaca e Nagasáqui desde o início da expansão dos portugueses no Oriente após a conquista de Malaca em 1511 até meados do século XIX e de Cantão a partir dessa data.

No que concerne a origem da Língua de Macau, o patoá ou Lingu Maquista, a conquista de Malaca permitiu a Portugal passar a controlar militarmente, não só o Índico como as rotas da Insulíndia e do Oriente. Gradualmente, o português tornou-se na língua franca nesses mares a par do malaio bazar que na época era a língua vernacular e de comércio. Fernão Mendes Pinto, em *Peregrinação* publicado em 1614, recorreu ao malaio como língua fonte para criar no português quinhentista novos vocábulos como por exemplo *ourobala* (*hulubalang* em malaio), ou seja, capitão, chefe militar, guerreiro de escol e *amboraja* ou *amborraja* (em malaio *hamba raja*), para designar escravo do rei, vassalo direto do sultão; *charachina* (em malaio *cara cina*, como maneira China ou analogamente *chara japonês*, à moda japonesa ou à maneira do Japão (Thomaz, 2009:302).

A influência do malaio bazar é evidente no patoá e no chinês como atestam os vocábulos referentes a pesos e medidas como *tahil* do malaio tornou-se no *tael*<sup>[14]</sup> em patoá e *leong* (兩) em chinês, *cati* do malaio no cate em patoá e *kân* (斤) em chinês, *pikul* do malaio em *picô*<sup>[15]</sup> em patoá e *tám* (擔) em chinês etc...

No patoá, para além do português popular quinhentista, é notória a preponderância dos vocábulos malaios e japoneses, em particular por via de regra, nos usos e costumes e nos elementos da culinária como demonstram os seguintes étimos:

- *Ade* para pato, *bre*do para hortaliça de fraca qualidade, *pateca* para melancia e *pan* para pão e formas verbais como *sam*, do verbo ser, usado no português quinhentista para a primeira pessoa do singular e empregada no patoá macaense para todas as pessoas gramaticais como em *Macau sam assim*;
- *Chá Gordo*, o costume da refeição corporal tornado em banquete oferecido sempre às horas das Ave Marias, uma transliteração do *Chá Kaiseki* (懷石茶) japonês (Rodrigues, 2022);
- *Chili-miçó*, *mela-miçó* e *miçó-cristão* todos inspirados no miso japonês que acompanham as refeições macaenses;

---

14. O tael é 1/16 de um cate.

15. O Pico tem 100 cates de peso.

- *Byobu*, é uma palavra japonesa, significa uma divisória dobrável pintada, habitualmente com 4 a 6 metros ou 8 pares de folhas, donde derivou o termo macaense-português *biombo* e a sua corruptela anglo-indiana *beeobie*;
- *Minchi* (o prato icónico), *Chawan no mushi* (pudim à base de ovos e cogumelos), *muchi-muchi* (bolo de arroz gomoso), *supiã* (bolacha de leite inspirada nas bolachas senbei), *chicu* (esturgido de nhamé), todos de influência japonesa;
- *Balichã* (tempero), *lacassá* (aletria), *pulu* (arroz glutinoso ou gomoso), *sarã-surabe* (pudim), *jurobassa* (intérprete), todos provenientes do malaio bazar;
- *Nhi* (menina solteira), *nhom* (senhor), *cachivachi* (pessoa medíocre), *champorá* (misturar), *godão* (armazém), *manduco* (rã), *cabronco* (pessoa traiçoeira ou coisa vil) todos de origem macaense (Batalha, 1988);
- *Paco dente* (tigela com o interior revestida de pontas lascadas utilizadas para lavar o arroz); *cinho fogo* (vinho destilado de alto teor alcoólico); *Poz di bolacha* (pão ralado); *Covicoco* (mistura de nabiça e repolho em proporções iguais, são termos patoá outrora utilizados pelos macaenses de Shanghai e Hongkong).

Esta é simplesmente uma pequena amostra dos étimos de origem malaia e japonesa que permeiam o patoá. A evolução dinâmica do patoá continua a par da evolução da língua franca com adaptação de étimos de outras línguas, criando um arsenal de novas palavras como por exemplo nos étimos como *catana* (patoá) para designar a espada comprida dos samurais, classe guerreira japonesa; *feitória* (português) que derivou *factory* (inglês) significando estabelecimento ou agência comercial europeia num porto ou mercado asiático; *caixa* (português – patoá) que se tornou em *cash* (inglês) para designar dinheiro corrente; *comprador* (patoá) e *comprador ou contractor* (inglês) para designar governantes de grandes residências no Oriente; *pancada* (patoá) para designar o sistema de fixação de preços nos mercados locais; *chapa* (patoá) que se transformou em *chop* (inglês) para designar os certificados de pagamentos de direitos, ofícios das autoridades ou passaportes emitidos pelas autoridades chinesas; *bandemaria* (português – patoá) e *botomry* (inglês) para significar nos seguros, dinheiro emprestado sobre o próprio navio; *roteiros* (português) e *ruter* (inglês) a designar rumos escritos de navegação; *lorcha* (patoá – português) para embarcações de invenção macaense cujo casco era de origem eu-

ropeia e o velame de origem chinesa permitindo obter excelente manobrabilidade e velocidade, tornando-se numa embarcação emblemática da presença portuguesa nos mares da China.

Não é de espantar que assim seja, por conseguinte, na evolução do patoá mais recente encontramos vocábulos de inspiração sínica e anglo saxónica como por exemplo:

- De inspiração sínica – *apô-apô* (亞婆 avó ou mulher idosa chinesa), *batê cabeça* (pái sâ 拜神), modo chinês de orar aos deuses), *biba* (peipá-nêspira 枇杷), *mintói* (棉胎 cobertor ou edredão), *margoso* (abóbora amarga), *minape* (棉衲 casaco alcochoado); *cebola mato* (Sün tao 酸頭) pickles do bolbo da cebola chinesa (*Allium* chineses);
- De inspiração anglo saxónica – *queique* (Ing. cake – bolo), *tiffin* (Ing. tiffin – almoço pela hora da tarde), *espitune* (Ing. spittoon – escarrador), *bói* (Ing. boy – criado de mesa), *adape* (Ing. hard up – sem dinheiro), *lêvá na chest* (Ing. accept the blow – aceitar as consequências, expor o peito ao ataque).

As outras particularidades do patoá macaense para além das já mencionadas são:

- A queda do r final do infinitivo em todos os verbos e de um modo geral e também em todas as palavras terminadas em r como em *fallá* (falar), *comê* (comer), *calô* (calor);
- A formação do plural, o patoá segue o malaio-português pelo processo de reduplicação. Isto é, pela repetição como em *môlê môlê* (mulheres) e *portugez portugez* (portugueses);
- O pronome possessivo, seu e sua, é muitas vezes reduzido para *sa* como se vê escrito em *Maria sa mãe* (Maria sua mãe) e *gente sa roupa* (roupa da sua gente);
- A utilização da partícula *tá* como em *tá vai* (já vou) para indicar uma acção no presente ou no futuro;
- A ausência do emprego do pronome tu e a sua substituição por *vôs* (você) em *minino san vôs?*

Tudo indica que a Lingu Maquista, o patoá, evoluiu desta raiz ágio-portuguesa, a língua franca baseada no malaio de Bazar e no português quinhen-

tista<sup>[16]</sup> com léxicos adaptados do japonês e outros idiomas falados nos mares do Oriente (Subrahmanyam, 1993), tendo como registo mais antigo o repositório chinês *Ou-Moon Kei-Leók* (澳門記畧), publicado em 1751.

A assimilação linguística tornou o patoá numa língua de fácil aprendizagem, flexível na adaptação do léxico e da sintaxe, adaptando-se aos termos de outras línguas e culturas sem perder a singularidade macaense. Esta língua escrita e falada desde o século XVI permitiu às mães macaenses afirmarem-se e integrarem-se harmoniosamente no tecido social de uma população multiétnica.

O patoá macaense era a língua falada e escrita desde o século XVI até meados do século XX. Em 1888 o major Ruas publicou um folhetim<sup>[17]</sup>, em folha volante, contra as mulheres em geral que provocou uma resposta em patoá, *Carta de Maria Varê Rua*<sup>[18]</sup> escrita em 1888, que começa desta maneira:

Põde crê que sã verdade.

Que pena eu nôn pôde escrevê portuguez assim galante como aquelle bulicioso de major Rua; mas mesmo cusa<sup>[19]</sup>, tudo portugez portugez<sup>[20]</sup> que tá bem curtido já com nosso lingu de Macao lôgo entendê tudo este rabucenga<sup>[21]</sup> que eu escrevê. Lôgo ri, nôn têm nada<sup>[22]</sup>; deçá<sup>[23]</sup> ri, basta que sabe que Macao tamê tem Maria que sabe defendê honra credito<sup>[24]</sup> que tudo môlê môlê<sup>[25]</sup>; nadi<sup>[26]</sup> consentí que niung-a<sup>[27]</sup> cobra cabronco<sup>[28]</sup> estendê sua lingu assim compreido pra disacreditá pra nós tudo. (Pereira, 1995:124)

[Trad.:]

Podes crer que é verdade.

16. É de reconhecer que o grosso dos portugueses no Oriente eram homens do povo que falavam o português popular.

17. Folhetim “Temos fé e não cremos” de 1888 em folha volante do major A. J. Ruas.

18. Maria Varê Rua, quer dizer em patoá a Maria que está sempre na rua, vadia ou vagabunda no bom sentido.

19. Mas mesmo cusa = mas é mesmo.

20. Portugez portugez = portugueses.

21. Rabucenga = garatujas.

22. Nôn tem nada = não faz mal.

23. Deçá = deixar.

24. Honra credito = honra e bom nome.

25. Môlê môlê = mulheres.

26. Nadi = não há de.

27. Niung-a = nenhuma.

28. Cobra cabronco = cobra traiçoeira, vil ou venenosa.

Que pena eu não poder escrever em bom português como o do buliçoso major Rua; mas é o mesmo com todos os portugueses, que já conhecem a nossa língua de Macau e logo entendem todas as garatujas que escrevo. Logo riem, não faz mal; deixar rir, basta que saibam que Macau também tem Maria que sabe defender a honra e o bom nome das mulheres; não consinto que nenhuma cobra venenosa estenda a sua língua comprida para nos desacreditar a todos.

#### 4. O apogeu e o declínio do patoá

A sociedade macaense sempre entendeu a Instrução e Ensino como alicerce do desenvolvimento humano e económico. Desde os primórdios de Macau que o ensino dos macaenses era prestado nas escolas administradas pelas ordens religiosas católicas com o estabelecimento em 1572 pelos padres Paulistas, como a população macaense chamava os jesuítas, da Escola de Ler e Escrever (Santos, 1964:8), para os meninos e meninas da população lusitana, bem como aos próprios adultos de ambos os sexos (Arnaíz, 1957:22).

A 1 de dezembro 1594 foi fundada a primeira Universidade, o Colégio de S. Paulo<sup>[29]</sup>, anexo à Igreja de São Paulo ou de Madre de Deus, onde passaram a ser ministrados cursos superiores com o grau académico de Mestre em Artes como nas universidades estrangeiras. A estes conhecimentos havia ainda a acrescentar o estudo da matemática superior e da navegação, para a formação dos Capitães do Mar<sup>[30]</sup>, dos Artilheiros, dos operários e artistas (Arnaíz, 1957, Pires, 1988 e Santos, 1994). É também neste colégio paulista que eram preparados os padres missionários, os irmãos leigos, os catequistas, os coadjutores e escolásticos dos Padres da Companhia de Jesus de várias nacionalidades (Maria, 1988). Em 1623 é fundado o Seminário de S. Inácio que se dedicava à formação dos padres de origem japonesa (Teixeira, 1993). O *Ou-Moon Kei-Leók*, (澳門記畧) publicado em 1751, afirma a existência de:

Escolas primárias, secundárias e Universidades divididas em quatro disciplinas: medicina, administração, religião e cronologia tendo o médico On-tó-ni (安多尼 António) criado fama como cirurgião, há já muito tempo. (Gomes, 1950:263)

29. A 1-12-1594 criaram-se os Estudos Gerais do Colégio de Madre de Deus, depois denominado Universidade de São Paulo, com as faculdades de Letras, Filosofia, Casos de Moral, Direito Canónico e Teologia onde se conferiam os graus de Mestres em Artes aos leigos e de Filosofia e Teologia aos sacerdotes (Pires, 1988 e Santos, 1994).

30. É na segunda metade do século XVI que em Macau foram desenvolvidas e construídas as primeiras embarcações conhecidas como lorchas armadas com armamento fundido em Macau que, devido à grande manobrabilidade e velocidade conseguiram derrotar em 1627 e 1630 as esquadras holandesas que bloquearam o porto de Macau e manter a segurança da frota Macaense nos mares da China.

Em 1758 fundou-se o *Seminário de S. José*<sup>[31]</sup>, que se tornou no centro, por excelência, da Instrução e Ensino dos macaenses. Anders Ljungstedt, descreveu a instrução dos macaenses, no seu livro publicado em 1832, nos seguintes termos:

In “one school” children are taught reading and writing the mother language, – in “another” a professor explains the Portuguese and Latin grammar, and continues his lecture in the Latin language, for the benefit of those who are desirous of becoming conversant with its beauties. The only expense attending is the purchase of books. Some friars also occupy their leisure hours in teaching Portuguese and Latin; no wonder, therefore that almost all boys read and write, though seldom without sinning against the rules of grammar. (Ljungstedt, 1992:31)

Entende-se que “children are taught reading and writing the mother language” seja o patoá, e “though seldom without sinning against the rules of grammar” possa ter sido uma influência do patoá cuja gramática é diferente do Português e do Latim.

O nível de instrução dos macaenses em 1572-1758, era ímpar nas sociedades desse período, especialmente quando comparado com o nível de instrução no reino (Teixeira, 1979)<sup>[32]</sup>. É neste período que Macau atinge o seu apogeu escolar e económico com publicações de livros e manuais<sup>[33]</sup> com prensa de tipo móvel. A frota comercial macaense composta de fatiões, navetas, somas, lorchas<sup>[34]</sup> e galeotas, construída e artilhada em Macau, comerciavam em toda a Insulíndia, China e Japão (Subrahmanyam 1993) e para a defesa de Macau como aconteceu em 1627, quando a frota de Macau destruiu uma esquadra holandesa comandada pelo navio-almirante *Ouwerkerk* que bloqueava a barra de Macau. Em 1630 os barcos macaenses derrotam uma segunda frota de seis ve-

---

31. Existia também o seminário de S. Inácio fundado em 1623 que se dedicava à formação dos padres de origem japonesa (Teixeira, 1993).

32. A taxa de analfabetismo em Portugal foi dos principais fatores contributivos para o atraso no desenvolvimento do país do século XVIII até meados do século XX. Só após as já conhecidas campanhas de alfabetização e dos enormes investimentos na instrução, após a revolução do 25 de Abril de 1974, se conseguiu baixar a taxa de analfabetismo, embora ainda abaixo da média dos países mais desenvolvidos da União Europeia ao tempo da adesão.

33. Matteo Ricci S.J. compila em Macau o primeiro dicionário português-chinês com romanização dos caracteres da língua chinesa. Luís Fróis, S.J. acaba em 1594 *A História de Japam* em Macau.

34. Lorchas são embarcações desenvolvidas e construídas pelos macaenses no século XVI cujo casco era de origem europeia e o velame de origem chinesa permitindo obter excelente manobrabilidade e velocidade, tornando-se numa embarcação emblemática da presença portuguesa nos mares da China (The Oxford Companion to Ships and the Sea).

las holandesa que tentava apoderar-se do comércio do sândalo aprisionando o navio-almirante *Jaeger* e toda a sua tripulação (Boxer, 1990).

A fundição de *Manuel Tavares Bocarro* artilhou as fortalezas de Macau e forneceu canhões e outro armamento para todo o império português. Foi com um canhão, fundido em Macau, que o padre Rhó<sup>[35]</sup> do alto da fortaleza do Monte atingiu o depósito de pólvora da força invasora holandesa em 24 de junho de 1622 assegurando a vitória macaense. Alguns destes canhões chegaram a ser utilizados pelos britânicos no cerco de Badajoz durante a Guerra Peninsular, tal era a qualidade destas peças (Boxer, 1991; Teixeira, 1979). É de realçar que, os artilheiros e fundidores Filhos da Terra eram muito solicitados em todo o Oriente (Hespanha, 2019).

A Monografia de Macau, *Ou-Moon Kei-Leók* (澳門記畧), escrita neste período, contém o registo mais antigo sobre o patoá, isto é, o vocabulário sino-macaísta e informa que:

A língua dos europeus é igual à dos bárbaros e como estas se encontram na China há já muito tempo, muitos são os chineses que a aprenderam, conseguindo exprimir-se nela. (Yân & Chéong, trad. Gomes, 1950:267-268)

O começo do declínio da *Lingu Maquista* pode ser apontado para a expulsão das ordens religiosas decretada pelo Marquês de Pombal em 1759 criando um enorme vazio na instrução dos macaenses que durou mais de um século. Observadores estrangeiros foram unânimes na opinião, que o declínio comercial da cidade foi grandemente acelerado pela perda dos seus mais energéticos e melhores intelectuais, professores, administradores, embaixadores e gestores e resultou na perda de investimento, confiança e relacionamento comercial com as regiões vizinhas (Boxer, 1990; Subrahmanyan, 1993).

Sem instrução e sem administradores o comércio marítimo macaense sofreu um rude golpe. A ausência de políticas educativas, sociais e económicas da administração portuguesa muito contribuiu para o total descalabro

Em 1837, após uma longa disputa com o Vice-rei em Goa, este, extingue o Senado que governava Macau desde o seu estabelecimento e nomeia um governador para assumir a governação do território. Foi como o Governo de Lisboa matou a democracia macaense (Teixeira, 1990:30). Os constantes apelos da necessidade de *Instrução e Ensino* feitos pelos cidadãos macaenses ao vice-rei e depois ao monarca em Lisboa, só foram atendidos em 1862, uma geração perdida, com a criação da *A Nova Escola Macaense* pelo governador, o Visconde do Cercal, para assegurar a instrução dos macaenses. A solução governativa,

---

35. Jerónimo Rhó, S. J. matemático e professor de artilharia da Universidade de São Paulo em Macau.

já por si tardia, não preenchia as mais básicas necessidades de instrução requerida pelos macaenses.

Em 1870, a petição de 300 cidadãos macaenses ao governador de Macau, Sérgio de Sousa, para a manutenção dos professores jesuítas no seminário, não foi atendida pelo governo central do reino. Esta situação calamitosa para a *Instrução e Ensino* dos macaenses, levou à criação da *Associação Promotora da Instrução dos Macaenses* (APIM) em 17 de setembro de 1871, por macaenses<sup>[36]</sup> com contribuições monetárias do público macaense e das comunidades macaenses de Hong Kong e Shanghai. A *Escola Comercial*, estabelecida a 8 de janeiro de 1878, tinha um currículo baseado nas disciplinas práticas do comércio e de línguas, permitindo uma maior empregabilidade dos macaenses. Todavia, os cursos lecionados na *Escola Comercial* não eram, nem reconhecidos pelo governo português, nem davam acesso às universidades em Portugal. A razão desta interdição nunca foi explicada pelas mesmas autoridades (Teixeira, 1981). A fundação da *Escola Comercial* no ensino em Macau pela APIM pressionou as autoridades portuguesas a melhorar a sua atuação no ensino, estabelecendo em 1884, a *Escola Central de Instrução Primária Elementar e Complementar (Masculino e feminino)* e por Decreto Lei de 27 de Julho de 1893 é criado o *Liceu Nacional de Macau*, (Teixeira, 1981:243) frequentado pelos filhos e filhas dos funcionários públicos reinóis e elite local, porque dava acesso direto às Universidades de Portugal. Este ensino era todo ele ministrado em português de Portugal, por professores oriundos de Portugal. A grande maioria dos macaenses frequentava a *Escola Comercial* e continuou sem acesso às universidades (Teixeira, 1979).

João Feliciano Marques Pereira na Revista TA-SSI YANG-GUO, Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português, editado em 1900, referente ao patoá de Macau, afirma:

Que o dialecto ainda subsiste, senão falado publicamente e em conversa com os reinóis, pelo menos no seio das famílias. Não é, pois, uma coisa morta que temos de estudar; mas uma manifestação bem viva ainda d'uma forma, ou melhor, de formas glotológicas interessantíssimas. (Pereira, 1995:55)

O reconhecimento do currículo da *Escola Comercial* e a interdição de acesso às universidades portuguesas foi finalmente levantada em 1952 com a

---

36. Os fundadores da APIM são: Pedro Nolasco da Silva, Maximiano António dos Remédios, senior, João Joaquim Braga, Vicente da Paulo Portaria, António Manuel Pereira, Filomeno Maria da Graça, Domingos Clemente Pacheco, José Homem de Carvalho, João Elleutério d'Almeida, António dos Remédios, José A. Dos Remédios, Albino António da Silva, Miguel Ayres da Silva e Maximiano António dos Remédios, júnior.

publicação do Diploma Legislativo n.º 6, de 28 de junho, permitindo aos alunos que terminassem o Curso Geral de Comércio na Escola Comercial de obterem reconhecimento oficial mediante exame final.

O primeiro exame final foi realizado, em 15 de setembro de 1954<sup>[37]</sup>, perante um júri<sup>[38]</sup> presidido pelo Intendente e Inspetor da Instrução Pública, assistido por quatro vogais. A notícia impressa no Boletim de Informação da Repartição Central dos Serviços Económicos reza o seguinte:

Podem considerar os resultados obtidos como classificações aproveitáveis, atendendo ao elevado número de disciplinas que o programa embarca e a extensão das matérias a leccionar num meio ambiente em que, para a prática da língua portuguesa, é necessário um trabalho mais árduo pelas dificuldades a vencer.

O facto é digno de registo e o regozijo que muitos encarregados de educação demonstraram, quando cientes dos resultados dos exames finais, trouxe a certeza da alta cotação que esta Escola possui entre todo o povo. (Boletim de Informação n.º 27 da Repartição Central dos Serviços Económicos, 1954:7)

É de sublinhar, “para a prática da língua portuguesa, é necessário um trabalho mais árduo pelas dificuldades a vencer”, entende-se como uma crítica ao ensino do português pelos professores da *Escola Comercial* que eram todos macaenses e falavam o patoá. (Teixeira, 1979).

No período compreendido entre 1759-1884 os macaenses estavam privados de ensino devido ao fecho das escolas de Macau, resultante da expulsão das ordens religiosas por ordem do Marquês de Pombal. A administração portuguesa pouco ou nada fez neste período para colmatar a ausência de política de *Instrução e Ensino* à população macaense. A solução encontrada foi o ensino doméstico e particular. Sem professores e sem escola, os macaenses continuaram a instruir os seus filhos(as) na língua materna, o patoá e em inglês (Machado, 1997). Portanto, tudo indicia que o patoá escrito e falado era uma prática no ensino doméstico e particular. Daí que, os estudos mais recentes

---

37. O irmão do autor António Rodrigues Júnior foi o primeiro e único estudante da escola Comercial que seguiu para Lisboa em 1954 para continuar os estudos na Universidade de Lisboa e licenciou-se no anterior Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Mais tarde regressou a Macau para preencher as funções de Secretário-Geral Adjunto da Universidade da Ásia Oriental e presidiu ao Conselho de Administração da Fundação Macau durante o período da transição para a soberania chinesa.

38. Júri composto pelo Intendente Sr. José Peile da Costa Pereira (presidente), Inspector da Instrução Pública, e os vogais D. Beatriz Nolasco da Silva, D. Gaby de Senna Fernandes, Pe. Ramiro Branco e Sr. Edmundo de Senna Fernandes. (Macau - Boletim Informativo da Repartição Central dos Serviços Económicos n.º 27 página 7 de 15 de setembro de 1954).

já no século XX indiciam que o patoá era não só a língua vernacular utilizada pelas famílias macaenses mais distintas assim como era a língua de comunicação e de comércio utilizada pelos macaenses, chineses, asiáticos e escravos africanos (Batalha, 1974). A correspondência entre a tia Tita de Macau e o sobrinho Bêba de Hong Kong sobre o centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia é ilustrativo:

Hong Kong, 1 de abril de 1898

Titi Anica.

Nos tudu tá bom, non tem duença.

Mas ouvi, qui novidade sam este? Macau vai fazê tantu festa; aqui fallá qui Macau logo tem patru dia di festa. Vosôtro na Macau tudo já fica ricu? Tem tantu dinheiro pra sentá sentá vai fazê patru dia di festa? Que foi? Eu tá uivi fallá qui sam, centenario di Índia; mas, centenário di india sam qui cusa?

Vósso subrinho

Bêba

Resposta da tia:

Macau, 2 di abril 1898.

Minha Bêba.

Honti já achá vosso carta. Mutu contente sabê que vósôtro tudo tá bom. Mas vós deverá sam burra! Num sábi qui cusa sam centenário di India? Vai escola prendê qui prendê. Num sabi nada, já basta já, minha Bêba. Agoara sam paciencia, eu contá, vos ouvi.

Mais adiante na carta:

Ca vá descubri caminhu di India, nom pôde imaginá purtugal qui ricu já ficá. Tudo negocio di India vai pra Lisboa.

Nunca fallá de ôtro parti já; fallá di China. Portuguez já vem Macau na 1557. Vavá non tem nunga otro naçam qui já vem pra China fazê negócio, cuza di 80 annu.

Tudu chà, seda loça, chéram, vai di Macau para Lisboa, di alli pra tudu téra di Eropa. Vós lembrá qui la já moda portuguez nadi fica ricu? (Pereira, 1999:166-167)

As políticas de *Instrução e Ensino* da administração portuguesas caracterizadas por longas ausências, implementações mínimas e parciais, atrasos na

implementação e obrigatoriedade de ensino no português de Portugal com professores de Portugal, contribuiram para a marginação do patoá macaense.

A escolaridade em português não só não abria as portas aos empregos em Macau como forçou a emigração dos macaenses para Hong Kong e Shanghai como aponta António J. Gonçalves Pereira, Capitão de Fragata e médico da Marinha Portuguesa e professor do Liceu de Macau, nas *Impressões de Viagens*, escrita em 1888 sobre Macau:

E para se ver a veracidade disto, basta dizer-se que, segundo o censo da população em 1895, havia em Macau 90 000 chinas e 5 000 portugueses, entrando neste grupo reinóis e macaístas. E isto muito bem se poderia ter evitado, se se desse colocação aos filhos de Macau nas repartições públicas e na vida militar, para cujos serviços não lhes faltavam habilitações e competência. (Pereira, 1999:160)

Sobre Hong Kong tem o seguinte depoimento:

Hong Kong é o campo de actividade de todos os macaístas, que não podendo empregar-se em Macau, ali vão procurar trabalho. Não há bancos, escritórios, casa comerciais, repartições do governo, onde eles desempenhem serviços com grande aptidão e competência.

Para ali emigram, ali se empregam, ali se casam, ali constituem família, tornando-se uma comunidade importante e prestigiosa.

O governo inglês a todos recebe e não descarta a educação de todos ali afluem. Para todos tem escolas, quer elementares quer superiores. (Pereira, 1999:176)

Sem escolas e sem possibilidade de empregos, não é de estranhar que, muitas famílias macaenses optassem pelo ensino em inglês, nomeadamente com o estabelecimento das Concessões Europeias em Shanghai e a fundação de Hong Kong. O inglês tornou-se na língua franca no Oriente e Portugal viu a sua posição relegada para um segundo plano no seu relacionamento com outros países no Oriente. Na correspondência trocada por comunidades macaenses em Shanghai com os Consulados portugueses, a língua utilizada era o inglês (Caeiro, 2022). Os conhecimentos tanto linguísticos como sínicos foram poucos aproveitados nas negociações<sup>[39]</sup> sobre Macau e Álvaro Cardoso

---

39. Nas negociações com a China em relação a Macau que tiveram em conta os conhecimentos linguísticos e sínicos dos residentes Macaenses permitiram a Portugal obter benefícios comerciais como revelam as embaixadas enviadas ao Imperador da China em 1667, em 1725 e em 1752. Na ausência destes conhecimentos, as embaixadas redundaram em fracassos como aconteceu em

de Melo Machado, Governador de Macau entre 1911 e 1912 tece os seguintes comentários sobre a posição de Portugal referente ao tratado de 1887:

Até n'isto fomos pouco diplomatas ou soubemos aproveitar-nos pouco das circunstâncias, concedendo o que era quasi de vicial importância para a China, a troco de um defeituoso tratado. (Machado, 1997:10-11).

Mais adiante descreve a desnacionalização dos macaenses nos seguintes moldes:

Macau tinha uma população macaense de 7000 indivíduos, portanto, vêem-se eles forçados a procurar algures os meios de subsistência, que a própria terra lhes nega, ou que não querem procurar nas suas diversas modalidades. Assim, colónias importantes de macaenses se estabeleceram, principalmente em Hong Kong e em Shanghai, onde em empregos dos respectivos governos, ou nos escritórios das casas comerciais, conseguem viver mais desafogadamente.

Nessas comunidades, os cônsules portugueses, por incapacidade, por negligência, por culposa indiferença e muito talvez pela falta de apoio do governo. Os seus interesses não são protegidos. Como resultado de tão inexplicável procedimento dos nossos dirigentes, vieram a completa desnacionalização d'esses milhares de indivíduos.

Os macaenses amam a sua terra, que consideram a sua pátria; e não andarão muito longe da verdade.

Que afeição pode essa gente ter a uma nacionalidade, que nada mais tem feito pela sua terra do que encaminhal-a para uma ruína certa, por indiferença e desleixo, que os deixa ao desamparo por terras estrangeiras e que ainda lhes rouba, é o termo, os pequenos logares públicos, que tão bem podiam desempenhar, em proveito de miseráveis e incompetentes funcionários da metrópole, que a política persistentemente envia a sugar os pequenos rendimentos da colónia?

Todos os macaenses que teem alguns meios para educar os seus filhos, manda-os para os colégios ingleses de Hong Kong e de Shanghai, ou fa-los frequentar as escolas inglesas de Macau, criadas e subsidiadas por eles próprios. (Machado, 1997:66-67)

---

1517 e em 1521. Aproveitando-se do fim da segunda Guerra do Ópio foi assinado o Tratado de Tientsin entre a China e Portugal em 1862, tratado esse que não foi ratificado pela China e se tornou nulo. Só em 1887 com a ajuda dos peritos macaenses foi assinado o Tratado de Amizade e Comércio o qual reconheceu e legitimou a ocupação perpétua de Macau e das suas dependências pelos portugueses.

Destes testemunhos se depreendem, os macaenses tinham aptidão e competência para terem empregos nas repartições do governo e nos respetivos governos estrangeiros, mas negada na administração portuguesa em Macau. Esta situação só mudou a partir da década de 1980<sup>[40]</sup> através de um programa de Localização de Quadros, que criou alguns lugares simbólicos para os macaenses de pouca ou nula consequência uma vez que a decisão para negociar a transferência da soberania de Macau para a China já tinha sido tomada<sup>[41]</sup> sem consulta à população (Mendes, 2016).

O Decreto-lei n.º 29773 de 9 setembro de 1939 da República Portuguesa tornou obrigatória a utilização da língua portuguesa<sup>[42]</sup> na Administração pública e nos contratos comerciais. Esta imposição ostracizou por completo o patoá dificultando totalmente o relacionamento dos cidadãos que comunicavam em patoá com as autoridades portuguesas.

A partir de então, quem falasse o patoá era “feo”<sup>[43]</sup>, isto é, ficava associado à condição de iliterato, um inculto, uma pessoa que fala mal, na ótica da elite portuguesa. Esta condição dificultou totalmente o relacionamento do cidadão que comunicava em patoá com as autoridades que utilizavam o português. Esta marginalização do patoá levou os macaenses a concluir que o patoá de nada servia. O patoá ficou relegado à conversa em família. Eram as mães, tias e avós que falavam entre si e ensinavam os seus filhos e descendentes a língua macaense. Assim, pouco a pouco, o patoá definiu-se como língua. Hoje o patoá sobrevive no teatro e nas músicas das tunas macaenses e nos coros das missas

Infelizmente, os governantes portugueses da época não sabiam ou não queriam saber, que falar a língua corrente era o veículo fundamental para a formação da identidade, mais do que o país de nascimento. Por outras palavras, falar a língua é a essência da pertença a uma pátria. A falta de política de Instrução e Ensino em Macau após a expulsão das ordens religiosas, por intenção

---

40. A localização dos quadros da função pública em Macau ocorreu nos anos oitenta do século XX. Em 1981 foi fundada a Universidade da Ásia Oriental. Em 1988 esta Universidade privada foi adquirida pelo governo de Macau que lhe mudou o nome para Universidade de Macau.

41. As negociações entre Portugal e China foram estritamente bilaterais. Em Macau, ao contrário do que acontecera em Hong Kong, não houve debate sobre a Declaração Conjunta da transferência da soberania de Macau. Para o Governo Português as negociações foram encaradas como uma retirada honrosa da última parcela do Império (Mendes, 2016:179)

42. Decreto assinado por António de Oliveira Salazar e publicado no Boletim Oficial da Colónia de Macau: “Todas as sociedades ou empresas concessionárias do Estado ou com este tenham qualquer espécie de contrato são obrigadas, qualquer que seja a forma da sua constituição, a empregar a língua portuguesa na escrita dos seus estabelecimentos e a dirigir-se na mesma língua ao Governo, às Repartições do Estado, entidades oficiais e corpos administrativos”.

43. “Feo” em patoá significa inculto, iliterato, sem maneiras de ser. Foi este o termo utilizado pela avó materna, Coleta Amorim, do João Albino Amorim Ribeiro Cabral na resposta que deu quando este lhe perguntou na década de 1960 porque é que deixou de falar em patoá.

ou desleixo, contribuiu para o declínio, para não dizer a destruição, do patoá como língua vernacular. Hoje o patoá continua a existir como uma língua sem expressão, limitada aos estudiosos, às peças de teatro ou às missas católicas.

Falar o patoá foi fundamental para a evolução da identidade macaense. Foi graças ao patoá que os descendentes dos casados mantiveram vivas as tradições portuguesas, velhas de muitos séculos, mesmo depois da partida dos portugueses dessas terras. Basta lembrar os pescadores de Malaca, que continuam a falar o papiá cristan (patoá cristão), os Larantuqueiros ou Topasses (da Ilha das Flores) a quem os holandeses chamavam *Zwarte Portugeesen* (“*black portuguese ou português negro*”)<sup>[44]</sup> levados como cativos para Jacarta (Indonésia) que, até meados do século XX, cantavam o *Keroncong Kafrinho* e a *Nina bobo* (popular canção de embalar), cujos versos iniciais são num característico patoá ásiso português (Heuken, 2012).

## 5. Conclusão

Os factos indicam:

- A língua materna macaense era ensinada nas escolas pelos frades a par do Português e do Latim segundo afirma Anders Ljungstedt;
- A língua macaense era a língua de comunicação, do comércio dos macaenses, dos chineses, asiáticos e escravos africanos e de raiz ásiso portuguesa até meados do século XX;
- A Instrução e Ensino em Macau foi desde a primeira hora ministrado pelas ordens religiosas com relevância para os jesuítas, sendo o Colégio de S. Paulo a primeira Universidade, de cunho europeu no Oriente, fundada em 1594 com graus académicos em Mestre de Artes;
- Com a expulsão das Ordens Religiosas, os governantes portugueses privaram os macaenses de Instrução e Ensino escolar, do primário ao Universitário, a partir de 1762<sup>[45]</sup>, ou seja, por mais de um século;
- Macau voltou a ter uma universidade em 1981, duzentos e dezanove anos após o fecho do Colégio de S. Paulo pela Expulsão das Ordens Religiosas do Marquês de Pombal;

---

44. Os descendentes dos casados de tez escura conhecidos como topasses (Larantuqueiros) eram da Ilha de Flores, (Indonésia). Após a cedência da ilha de Flores aos Holandeses em 1851, parte desta comunidade foi levada para Batávia (Jacarta).

45. A ordem de expulsão dos jesuítas de 1759 só foi concretizada em 1762 (Teixeira, 1979).

- Os insistentes pedidos de Instrução e Ensino Escolar dos macaenses ao Governador, Vice-rei e Governo Central do Reino nunca foram cabalmente satisfeitos nem explicados as recusas;
- A privação de *Instrução e Ensino* e a ausência de políticas sociais e económicas da administração portuguesa causou o total descalabro e muito contribuiu para o declínio comercial da cidade que foi grandemente acelerado pela perda dos seus mais energéticos e melhores intelectuais, professores, administradores, embaixadores e gestores e resultou na perda de investimento, confiança e relacionamento comercial com as regiões vizinhas;
- As políticas económicas e de instrução e ensino impostas pelo governo português desnacionalizaram os macaenses e os forçaram a emigrar para procurar meios de subsistência para conseguirem sobreviver;
- Apesar desta desnacionalização, os macaenses souberam ultrapassar a intenções e negligências das Políticas de Instrução e Ensino das autoridades portuguesas, e mantiveram-se fiéis à sua nacionalidade;
- A instrução dos macaenses no ensino doméstico e particular manteve o patoá como língua vernacular das famílias macaenses até das mais distintas;
- A privação de ensino só foi parcialmente colmatada a partir de 1878, (116 anos depois da expulsão dos religiosos e fecho das escolas), com o estabelecimento da *Escola Comercial* por iniciativa da *Associação Para a Instrução dos Macaenses* (APIM) e financiada pelos macaenses;
- Aos estudantes da *Escola Comercial* estavam vedados o acesso às Universidades portuguesas. Esta interdição só foi levantada em 1952 pelo Diploma Legislativo n.º 6 de 28 de junho. Esta interdição de mais de 74 anos, cortou o acesso da grande maioria dos estudantes macaenses ao ensino Universitário em Portugal;
- Só um estudante da *Escola Comercial* conseguiu ingressar e completar um curso superior numa Universidade portuguesa;
- Os macaenses eram considerados como bem qualificados para os empregos nas repartições dos respetivos governos estrangeiros em Hong Kong e Shanghai, mas estava-lhe vedado o acesso aos

empregos do funcionalismo público e militar pelos governantes portugueses em Macau;

- O programa de Localização dos Quadros iniciou-se na década de 1980 criando alguns lugares simbólicos na Administração Portuguesa, quando a decisão da transferência da soberania para a China já estava tomada;
- O patoá, embora uma língua vernacular de fácil aprendizagem não conseguiu resistir à falta de instrução escolar e de empregos;
- A política de instrução e de emprego seguidas em Hong Kong e nas Concessões europeias de Shanghai permitiu a empregabilidade dos macaenses e levou à substituição do português pelo inglês.

Os macaenses recusam de deixar extinguir o Patoá, a Língua de Macau ou Língu Maquista, apesar dos esforços das autoridades portuguesas. É através de peças teatrais e música nas celebrações religiosas, que mantêm viva esta língua, *suis generis*, que é a alma macaense.

O poeta macaense Adê Santos Ferreira<sup>[46]</sup> escreveu que o patoá é:

Dóci sã língu maquista.	Papiáçam sai dóci di bóca,
Língu di nosso gente di otrora,	Intrá na úvido, subí vai cabéça,
di bizavô di nosso vovô,	Decê, cachipiá na coraçám.
di tetravô di nosso bisavô,	Dóci quelora sai di péna,
língu qui nós agora chomá,	Ficá esquivido na papel
dóci papiáçam di Macau”.	Pa gente lê fazê alma dóci.

Data de receção: 28/05/2023

Data de aprovação: 08/01/2024

## Referências

- Arnáiz, E. (1957). *Macau, Mãe das Missões no Extremo Oriente*. (traduzido por Pe. Artur Augusto Neves). Separata do “Boletim Eclesiástico” da Diocese de Macau.
- Batalha, G. N. (1974). *Língua de Macau*. Imprensa nacional de Macau.
- Batalha, G. N. (1988). *Glossário do Dialecto Macaense. Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Instituto Cultural de Macau.
- Boxer, C. R. (1990). *Fidalgos no Extremo Oriente*. Fundação Oriente, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.

---

46. J. S. Ferreira (1990:22-23). Dóci Papiáçam di Macau. Macau: Instituto Cultural de Macau.

- Boxer, C. R. (1991). *Estudos para A História De Macau. Século XVI a XVIII, 1.º Tomo*. Fundação Oriente.
- Boxer, C. R. (1993). *Macau Na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*. Fundação Oriente (Fac-simile da edição da Imprensa nacional de Macau de 1942)
- Boxer, C. R. (1993). *The Christian Century in Japan: 1549-1650*. Carcanet Press Ltd.
- Caeiro, A. (2022). *Os Retornados de Xangai: História de Portugueses do Oriente*. Tinta da China.
- Coates, A. (1978). *A Macao Narrative*. Heinemann Educational Books (Asia) Ltd.
- Ferreira, J. S. (1990). *Dóci Papiacám Di Macau*. Instituto Cultural de Macau.
- Hespanha, A. M. (2019). *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confinos da Expansão Portuguesa*. Tinta da China 2019.
- Heuken, P. A. (2012). *As Mais antigas Fontes Portuguesas para a História de Jacarta*. Edição Colibri e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jesus, C. A. M. (1902). *Historic Macao*. Kelly and Walsh, Limited.
- Ljungstedt, A. (1992). *An Historical Sketch of The Portuguese Settlements In China And The Roman Catholic Church And Mission In China And Description Of The City Of Canton*. Viking Hong Kong Publications.
- Machado, Á. M. (1997). *Coisas De Macau*. Kazumbi-Editora Multimédia Lda.
- Macau. Boletim Informático n.º 27 Da Repartição Dos Serviços Económicos – Secção de Propaganda e Turismo (15. setembro.1954).
- Maria, Fr. J. J. (1988) *Ásia Sínica e Japónica*. Instituto Cultural de Macau/ Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- Mendes, C. A. (2016). *As Negociações de Macau 1986-1999*. Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.
- Múrias, M. (1943). *Instrução para o bispo de Pequim e outros documentos para a História de Macau*. Agência Geral das Colónias.
- Pereira, J. F. M. (1995). *Ta-Ssi-Yang-Guo Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau/Fundação Macau. Edição fac-simile da edição de 1900 da antiga Casa Betrand – José Bastos, Livreiro – Editor.
- Pereira, A. J. G. (1999). *Imagens do Oriente. Impressões de Viagens*. Museu Marítimo de Macau.
- Pires, B. V., S. J. (1988). *A Embaixada Mártir*. Instituto Cultural de Macau.
- Rodrigues, M. F. (2021). *O Chá Gordo*. Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, 26, pp.131-150. Instituto do Oriente. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, M. F. (2021). *Macanese Heritage from Nagasaki*. Review of Culture, 65, pp. 82-91. Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.
- Santos, D. M. G., S. J. (1964). *Macau Primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente*. Fundação Macau / Universidade de Macau.

- Subrahmanyam, S. (1993). *The Portuguese empire in Asia: 1500-1700: A political and economic history*. Longman.
- Teixeira, M., S. J. (1990). *Primórdios de Macau*. Instituto Cultural de Macau.
- Teixeira, M., S. J. (1979). *Toponímia de Macau*. Imprensa Nacional.
- Teixeira, M., S. J. (1981). *Toponímia de Macau*. Imprensa Nacional.
- Thomaz, L. F. (2009). *As Competências Linguísticas De Fernão Mendes Pinto E O Seu Uso Do Malaio*. *Biblos* n. s. 295-322. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (Yân Kwóng Yâm (印光任) e Chéong Ü Lâm (張汝霖) (1751) *Ou-Moon Kei-Lôk* (澳門記畧) tradução de Luís G. Gomes (1950) *Monografia de Macau*. e Jin Guo Ping (2009) *Breve Monografia de Macau*. Instituto Cultural do Governo da Região Autónoma Especial de Macau.

### Sobre o autor

MANUEL FERNANDES RODRIGUES, natural de Macau, BA (Honours Business), MA em Economia na Universidade York, Toronto Canada. Pós-Graduação nas Universidades de Virgínia e Michigan, USA e no Colégio Europeu em Bruges, Bélgica. Funcionário aposentado da Comissão Europeia, Bruxelas, Bélgica. Board Economist no Ontario Energy Board, Toronto, Canada. Ex-professor assistente na Universidade de York, Toronto, Canada. Publicações recentes: História da Gastronomia Macaense-contributo para o reforço de uma identidade singular. Vários artigos na DAXIYANGGUO Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos do Instituto do Oriente/ Universidade de Lisboa. Vários artigos na Revista Cultura do Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e na Revista VOX da AIACE-Internacional de Bruxelas.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-002-7282-1532>]

### About the author

MANUEL FERNANDES RODRIGUES, born in Macau, BA (Honours Business), MA in Economics at York University, Toronto, Canada. Graduate studies at the Universities of Virginia and Michigan, USA and at the European College in Bruges, Belgium. Retired official of the European Commission, Brussels, Belgium. Board Economist at the Ontario Energy Board, Toronto, Canada. Former assistant professor at York University, Toronto, Canada. Recent publications: History of Macanese Gastronomy-contribution to the reinforcement of a singular identity. Several articles in the DAXIYANGGUO – Portuguese Journal of Asian Studies of Instituto do Oriente/University of Lisbon. Several articles in Culture Review of the Cultural Institute of the Government of Macao and in VOX Magazine of the AIACE-International, Brussels.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-002-7282-1532>]